

Petroleiros contratados da Regap denunciam assédio e precarização



Petroleiros contratados da Refinaria Gabriel Passos (Regap), voltaram a relatar práticas abusivas, incluindo assédio moral e precarização das condições de trabalho.

As denúncias, encaminhadas ao Sindipetro/MG no início deste mês, envolvem a empresa Martins, acusada de assédio e desconto em benefícios, e a Fundação São Francisco Xavier (FSFX), que iniciou um novo contrato no setor médico com aumento na carga horária de trabalho. O sindicato cobra da Petrobrás a garantia de isonomia entre trabalhadores próprios e terceirizados.

Os petroleiros da Martins, empresa já conhecida por denúncias de violações trabalhistas, relatam perse-

guição a quem apresenta atestados médicos.

Entre as irregularidades, destacam-se a recusa de recebimento do documento por ausência de CID (Classificação Internacional de Doenças) — prática condenada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que a considerou invasiva ao sigilo médico e ilegal.

Além disso, os trabalhadores denunciam descontos no vale-alimentação durante afastamentos justificados, medida que fere o princípio de igualdade com os petroleiros efetivos, que não sofrem penalidades semelhantes.

Já na FSFX, nova contratada da Regap, técnicos de enfermagem foram submetidos à escala 12x36,

conhecida por causar esgotamento físico e mental, além de, quando comparada com a escala anterior, aumentar a carga horária de trabalho.

A mudança nas condições de trabalho a partir do novo contrato não só desprezeta a isonomia — já que os funcionários próprios da Petrobrás têm jornadas menos desgastantes — como prejudica a organização do trabalho, uma vez que os turnos não coincidem.

A ocorrência de diferenças das jornadas de trabalho e escalas de turno de trabalhadores próprios e contratados também não é isolada. Casos semelhantes são registrados em outros setores da refinaria, como no Coque

O Sindipetro/MG cobra que a Petrobrás fiscalize os contratos para garantir a direitos básicos, como a proibição de descontos em benefícios e a equiparação de jornadas. “A precarização é estrutural: os petroleiros contratados recebem salários menores, enfrentam assédio e agora veem sua saúde comprometida por escalas exaustivas. A Petrobrás precisa rever seu papel, pois esses trabalhadores também constroem a grandeza da empresa”, afirma o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves.

As denúncias serão levadas ao Comitê Local de SMS da Regap na próxima reunião, marcada para esta semana.

Mulheres ocupam as ruas contra todas as violências



Em Belo Horizonte, o Dia Internacional das Mulheres (8 de março) foi marcado por uma marcha que reuniu centenas de manifestantes na luta contra o feminicídio, em defesa da democracia e dos direitos trabalhistas. Representando as petroleiras, Cármen Lúcia Gonçalves, diretora do Sindipetro/MG, se somou a coletivos feministas, sindicatos e movimentos sociais para também protestar contra a desigualdade salarial e a escala 6x1.

A concentração teve início na Praça Afonso Arinos, onde lideranças discursaram sobre a urgência de políticas para conter a violência de gênero. Minas Gerais, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), é o segundo estado com mais casos de feminicídio no Brasil em 2023.

manifestantes seguiram em caminhada até a Praça Sete, símbolo político da capital, entoando palavras de ordem. A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, reforçou a conexão entre direitos das mulheres e democracia. “Não há direitos sem democracia. Por isso, estamos nas ruas: contra o retrocesso, o autoritarismo e qualquer ameaça aos serviços públicos”, afirmou.

Encontro de Mulheres

Atenção, mulheres petroleiras, próprias e contratadas! Neste ano, o Sindipetro/MG realizará mais uma edição do Encontro de Mulheres. O evento ocorrerá no dia 29 de março, a partir das 9h, na sede da CUT Minas.

Fiquem atentas, pois as inscrições abrem em breve e por tempo limitado.

Sindipetro/MG cria GT para reforma estatutária

A expectativa é que o novo estatuto seja aprovado ainda este ano, tornando o sindicato mais transparente, democrático e representativo.

O Sindipetro/MG formou um grupo de trabalho (GT) com o objetivo de propor uma reforma estatutária que modernize e fortaleça a atuação do sindicato. A criação do GT foi aprovada durante o 38º Congresso Estadual dos Petroleiros, realizado em 2024, como resposta à necessidade de fortalecer a democracia sindical.

O grupo de trabalho é composto pelos diretores sindicais: Bruno Henrique, Carmen Lúcia Gonçalves, Cristiano Almeida, Felipe Pinheiro, Guilherme Alves, João Henrique de Souza e Leonardo Auim. Na etapa atual, os membros analisam o estatuto vigente, destacando pontos frágeis e propondo ajustes que visam criar um documento mais moderno, democrático e representativo.

Fortalecimento da Democracia Sindical

Para o coordenador-geral do Sindipetro/MG, Guilherme Alves, a reforma estatutária é fun-

damental para garantir maior participação e representatividade da categoria petroleira. “A reforma vai além de uma atualização burocrática. Ela é um passo para modernizar nossa estrutura, tornando-a mais transparente, democrática, inclusiva e alinhada às demandas e necessidades atuais da categoria petroleira”, afirmou.

Após concluir a análise e elaborar as propostas de reforma, o GT apresentará o documento para debate no 39º Congresso Estadual dos Petroleiros. Em seguida, o texto será submetido à deliberação em assembleias gerais da categoria.

A expectativa é que o novo estatuto seja aprovado ainda este ano, marcando um avanço na trajetória do Sindipetro/MG e consolidando um marco histórico na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores petroleiros.